



**ACÓRDÃO Nº 444/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11538/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA OESTE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1178/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA OESTE. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Regularidade. Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, com fulcro no art. 20, parágrafo 4º da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em face da omissão em responder aos questionamentos desta Corte;
- 10.2. **Julgar irregular** as Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, atinentes ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, do período de 01/01/2017 a 04/06/2017, na forma do art. 22, III, da Lei nº 2423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso III, “b” da Resolução 4/2002-TCE/AM, em decorrência de graves infrações à norma legal;



**ACÓRDÃO Nº 444/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Moraes de Aquino** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), nos termos do art. 54, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Julgar regular** as Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, que figurou como gestor no período de 05/06/2017 a 08/10/2017, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96 deste TCE/AM c/c o art. 188, § 1º, I, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**10.5. Julgar regular com ressalvas** as contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Julia Fernanda Miranda Marques**, no período de 09/10/2017 a 31/12/2017, com fundamento no art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c o art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas), em virtude da impropriedade 2 de sua responsabilidade, já debatida no corpo da Proposta de Voto;

**10.6. Aplicar Multa ao Sra. Julia Fernanda Miranda Marques** no valor de **R\$ 1.800,00**, (mil, oitocentos reais) com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VII da Resolução nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em virtude da impropriedade número 2 de sua responsabilidade;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do



**ACÓRDÃO Nº 444/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.7. Dar quitação** plena e irrestrita ao **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, cujas contas foram julgadas regulares, com fulcro no art. 24, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM) c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.8. Determinar** à atual e futuras gestões do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste que:

**10.8.1.** Que observe com maior cautela o que dispõe a Lei 8.666/93, no que tange às modalidades licitatórias, a fim de evitar qualquer indício de fragmentação de despesas, prática vedada pelo § 5º, do art. 23, da supracitada Lei;

**10.8.2.** Informe obrigatoriamente no e-contas todos os Ajustes celebrados, anexando os Textos dos Termos de Contratos, Termos de Convênios e de seus Termos Aditivos, as Certidões de Regularidade Fiscal, para cumprimento dos art. 195, § 3º da Constituição Federal, arts. 29, III, 55, XIII, da Lei 8.666/93, como também, todos os procedimentos licitatórios que deram origem as compras e serviços, inclusive aquelas através de dispensa e inexigibilidade;

**10.8.3.** Realize o planejamento prévio dos gastos anuais, para contratações dos serviços e principalmente para as compras, devendo, obrigatoriamente, obedecer o disposto no Decreto 31.159, de 11 de novembro de 2013, que institui o Sistema Integrado de Gestão de Compras e Contratos do Governo do Estado do Amazonas, em seu art. 10;

**10.8.4.** Observe a obrigatoriedade de contrato, nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço



**ACÓRDÃO Nº 444/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

e que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento (Art. 62 e Parágrafo Único, do Art. 60, da Lei 8.666/93;

**10.9. Dar ciência** ao Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste e aos demais interessados sobre o deslinde deste feito.

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição